

Desenvolvimento adaptativo: a sustentabilidade é o caminho, não o destino

Resenha escrita por Abner Luis Calixter

Doutorando do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável, do Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília, Brasília, DF, Brasil
End. Eletrônico: calixter@brandeis.edu

doi:10.18472/SustDeb.v7n3.2016.21315

RESENHA

Pamela Matson, William C. Clark and Krister Anderson. Pursuing Sustainability – A Guide to the Science and Practice. Princeton, Princeton University Press, 2016. 231 p. ISBN 978-0-691-15761-0

Afinal, o que é sustentabilidade e como ela pode ser alcançada? Este conceito tem sido usado de forma ostensiva por diversos grupos em universidades, empresas e governos. É sem dúvida o “*new fashion*”. Mas, seria este termo também um oxímoro, tal qual um SUV híbrido como endaga Mohsen Mostafavi em seu preâmbulo sobre os paradoxos do urbanismo ecológico? Partindo de reflexões pessoais Matson, Clark e Andersson publicaram em 2016 este livro, que busca oferecer um conjunto de conceitos teóricos e ferramentas práticas pertinentes à transição para o desenvolvimento sustentável. Porém, apresentar o “mapa da mina e as suas pontes” não é tarefa fácil nem para os autores, experientes acadêmicos e profissionais da sustentabilidade. Matson é filiada à School of Earth Sciences, da Stanford University; Clark é professor de ciências internacionais, políticas públicas e desenvolvimento humano na John F. Kennedy School of Government, da Harvard University; e Andersson é professor de ciência política e diretor do Center for the Governance of Natural Resources, da University of Colorado.

No início do texto, os autores discorrem de forma abrangente sobre aspectos da construção do conceito e da evolução da ciência da sustentabilidade desde os anos 1970. Ao registrar os marcos históricos que englobam articulações internacionais, multilaterais e acadêmicas, os autores deixam claro que se inspiraram no famoso relatório *Our Common Future* (1987), ou “Relatório Brundtland”, traduzido para o português como *Nosso Futuro Comum*. Este texto é reconhecido por muitos como o marco inicial e formal da transição do *business-as-usual* para o desenvolvimento sustentável. A mensagem mais difundida do Relatório Brundtland é a de que devemos atender as necessidades básicas das gerações presentes, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de atender as suas próprias necessidades.

Sob este prisma, o texto de Matson e co-autores expõe a sua tese central afirmando que o **bem-estar social e inclusivo** das gerações presentes e futuras deve ser o “norte” dos objetivos do desenvolvimento sustentável. Em seguida, o leitor é conduzido a entender de forma geral, instrumental e apolítica, esse conceito de bem-estar social inclusivo. De fato, o exercício de se definir para o público geral o que é “bem-estar” é um terreno delicado no qual valores individuais, ideológicos e éticos, bem como os interesses e a origem de cada indivíduo, ditam boa parte do sentido deste conceito. Nesta conceptualização, há ainda de se levar em consideração escalas temporais e de espaço. Dessa forma,

a neutralidade surge no livro como pressuposto, devido ao cuidado dos autores em não imprimir os seus valores e julgamentos pessoais em sua tese. Fica, então, para o leitor decidir sobre qual caminho escolher e quais ferramentas usar na transição para a sustentabilidade. É como se nos fosse dado um grande novelo de lã embaraçado e com várias pontas: a decisão de qual ponta deve se puxar primeiro para desembaraçar o novelo, caberá ao entendimento de cada leitor.

Na tentativa de sintetizar o conceito de bem-estar social inclusivo, os autores apresentam um quadro qualitativo (*framework*) que caracteriza o “bem-estar” praticamente como o **suprimento das necessidades** materiais, de saúde, de educação, de oportunidade, de comunidade e de segurança. No mesmo quadro, os **determinantes do bem-estar**, ou seja, os insumos necessários para que ele aconteça, tomam a forma de **reservas de capitais**. Eles se referem ao capital humano, ao capital natural, ao capital de bens manufaturados, ao capital de conhecimento e ao capital social, apresentados como ingredientes fundamentais para a receita do bem-estar.

Interessante é notar que, para os autores, a materialização deste bem-estar se dá principalmente por meio da dinâmica de consumo e produção de bens e serviços, a qual ocorre dentro de um complexo emaranhado de relações socioambientais. Assim sendo, se determinada ação de consumir ou de produzir impactar negativamente qualquer reserva de capital das citadas anteriormente, esta ação é, portanto, insustentável. E assim deverá passar por um rearranjo ou uma modificação ou até pela sua eliminação do sistema socioambiental. Em outras palavras, para que se atinja um nível de bem-estar social inclusivo é necessário que a produção e o consumo ocorram de modo a **gerenciar os capitais herdados** no tempo presente e preservá-los na mesma medida e qualidade para as futuras gerações. Nesta passagem em específico, ao meu ver, o termo **inclusivo** que os autores acrescentam ao “bem-estar social” parece perder força, pelo menos no horizonte de nosso tempo atual pois eles pouco, ou quase nada, discutem como democratizar o acesso ao consumo. Muito menos há discussões específicas sobre distribuição de renda.

Os autores assumem neste ponto que aplaudem as discussões sobre o que seria um desenvolvimento otimizado e as tentativas de elucidar os limites do crescimento, dentre outras correntes desenvolvimentistas. Afirmam, no entanto, que, para evitar polêmicas de ordem ética, preferem se ater ao princípio do Relatório Brundtland, que é o de atender as necessidades da atual população mantendo as reservas de capitais que herdamos para as gerações futuras. Este desafio, por si só, é suficientemente grandioso e difícil de se atingir.

Reitero que os autores apresentam de forma discreta e polida uma pitada de seus valores pessoais, os quais advogam em favor daqueles com menos acesso ao bem-estar. Diversos grupos sociais ainda carecem de aumentar seu consumo para atingir o mínimo de bem-estar, enquanto outros precisam reeducar os seus excessos de consumo, insustentáveis. Ao detalhar o conceito de capital social, os autores atribuem às **políticas** a responsabilidade de equalizar geograficamente o consumo, mitigar falhas de mercado e reduzir a desigualdades. Porém, novamente esta menção ocorre de forma muito breve e genérica. No meu ponto de vista, que simpatiza com a pedagogia “freireana” (de Paulo Freire), o excesso de neutralidade ao ponderar essas desigualdades e a falta de prioridade sob a ótica da justiça, pode levar o agente do desenvolvimento a puxar a ponta mais evidente do novelo de lã, ou aquela ponta que detém o *lobby* mais persuasivo. Isso por sua vez pode vir a estrangular equivocadamente ainda mais o novelo embaraçado do desenvolvimento sustentável.

Com relação aos demais capítulos, o livro se desdobra em apresentar as interações de atores envolvidos na dinâmica produtiva e do consumo e os seus impactos no sistema socioambiental. A partir deste ponto, são discutidas ferramentas para promover o engajamento social, as ações normativas e a criação de conhecimento, no intuito de fazer “cair a ficha” ou, em outras palavras, fazer sentido (*making sense*) e assim convencer os diversos atores a colaborar com a transição para sustentabilidade. Quatro estudos de caso ajudam a ilustrar o quão desafiador é encontrar os determinantes da sustentabilidade.

A inserção dos estudos de caso no texto foi uma decisão pedagógica acertada. A narrativa de casos tão distintos transmite a clara mensagem de que é preciso apreciar e aprender com os erros e acertos de iniciativas históricas devotadas a promover o bem-estar. O primeiro caso mostra o quão

fundamental e desafiador é a integração do conhecimento científico nas políticas públicas. Tem como pano de fundo a história do desenvolvimento de Londres nos últimos 1.000 anos. Vários episódios levaram a sua população a ser dizimada de tempos em tempos por epidemias e doenças causadas por poluição, urbanismo precário, más condições sociais e degradação ambiental. Somente após 900 anos (em meados século XX) de colisões com os seus capitais a cidade foi conseguiu se reconciliar com seu sistema socioambiental. Isso se deu em parte por meio do uso do conhecimento científico para melhorar a governança territorial, resultando na drástica redução de doenças causadas pela desastrosa gestão de resíduos e saneamento básico precário. Infelizmente, muitos avanços aconteceram ao custo de transferir o parque fabril Londrino, poluente, para outras regiões do planeta. Mesmo assim, Londres hoje serve de exemplo no quesito sustentabilidade e qualidade de vida em cidades, no ponto de vista dos autores.

Outro estudo de caso reflete a importância de ações como o *design*, o planejamento e a implementação de projetos serem concebidos em conjunto com as comunidades envolvidas no projeto. Esta é uma forma de mitigar riscos de graves falhas. Qualquer projeto, mesmo aqueles que carregam a melhor das intenções e avançadas tecnologias, corre um grande risco de fracassar se não ocorrer a sua devida apropriação pelos atores envolvidos. Este caso mostra que o engajamento profundo dos atores permite a materialização de ações para melhoria da qualidade de vida, por meio da cooperação e adaptação. Um bom exemplo se deu em um vilarejo rural do Nepal (chamado Krave), que sofria com sistemas de irrigação ineficientes implantados pelo governo nos anos 1960 de forma “*top-down*” (sem a participação dos agricultores). A ineficiência destes sistemas levou Krave a beirar a fome em 1986. Quando a comunidade se apropriou de fato do problema e participou da solução, foi implantado um projeto próprio de irrigação. A comunidade buscou assistência e crédito e se envolveu na implantação. A divisão das tarefas confiava a algumas mulheres a responsabilidade de cuidar das crianças, enquanto outras cozinhavam para as pessoas que trabalhavam na construção dos canais. Os próprios membros da comunidade desenharam maneiras transparentes e justas de monitorar e cobrar a contribuição de todos os envolvidos em todas as fases do projeto. O resultado foi uma duradoura segurança alimentar de toda comunidade.

Os dois últimos casos grifam a necessidade de os pesquisadores se enxergarem como agentes políticos de suas ciências, a fim de facilitar a implementação de suas descobertas inovadoras em prol da sustentabilidade. Para facilitar este processo, os pesquisadores precisam se articular com os seus pares e com outras organizações ou comitês, para estabelecer a credibilidade e o caráter genuíno (e apartidário) das suas contribuições. Como resultado, segundo os autores, os cientistas devem se empenhar em influenciar mais diretamente as políticas públicas.

Ainda com relação à formulação de políticas, nem sempre é claro o quão vasta e complexa pode ser a rede de influências em um terreno tão politizado quanto o do desenvolvimento sustentável. O protocolo de Montreal, outro objeto de estudo que consta do livro, prova o sucesso de uma articulação entre ciência e política. A adesão global e a eficácia no controle do buraco da camada de ozônio resultaram de uma sequência de avanços do entendimento científico, de mãos dadas com negociações flexíveis entre as partes envolvidas no imperativo de dar fim ao uso dos clorofluorcarbonos (CFCs). Interessante frisar que o acordo foi celebrado mesmo em face de algumas incertezas científicas. Isso, ao meu ver, ilumina o sucesso e o talento dos negociadores de convencer os tomadores de decisão a aceitar de certa forma, a incerteza como parte do sistema socioambiental.

A incerteza geralmente é uma barreira na transição do *business-as-usual* para o desenvolvimento sustentável. Por isso os autores advogam a urgência de um avanço exponencial da ciência interdisciplinar capaz de contornar incerteza. De forma discreta, eles discutem como preparar líderes para trabalhar com a incerteza e, ainda assim, obter êxito nas negociações para alcançar o bem-estar social e inclusivo.

No caso do Yaqui Valley, no México, falhas na identificação de todos os agentes envolvidos na tomada de decisão expuseram lacunas graves em um projeto de pesquisa de quase 15 anos conduzida pela coautora Pamela Matson e a sua equipe, desde meados da década de 1990. A pesquisa tinha como objetivo estudar a dinâmica da produção do agronegócio no vale, a fim de promover técnicas mais sustentáveis de plantio e uso do solo. A sua equipe desenvolveu, em conjunto com os fazendeiros,

técnicas refinadíssimas de plantio e gerenciamento do solo - indicando onde, quando e quanto aplicar de fertilizantes. Isso manteria a qualidade e a quantidade de grãos e reduziria o uso de agrotóxicos. Dessa forma, esta nova prática de plantio supostamente sustentável, traria a princípio, economia aos produtores e ganhos ao meio ambiente. Porém, dois anos após a implantação deste sistema, o monitoramento da pesquisa verificou que na verdade os produtores estavam aplicando ainda mais fertilizantes. Isso acontecia devido a obrigações contratuais com as cooperativas de crédito, que para eliminar o seu risco financeiro, exigiam dos produtores a aplicação de fertilizantes e defensivos agrícolas em doses cada vez maiores. Ou seja, nem todos os atores envolvidos e suas relações foram devidamente contemplados no *design* da pesquisa.

Para concluir a análise do livro em si, penso que o mesmo cumpre a sua proposta de servir de guia para a elaboração de estudos e boas práticas para aqueles que pretendem continuar a operar no atual sistema industrialista de forma mais “green”. A tese dos autores de concentrar os objetivos do desenvolvimento sustentável em torno do “bem-estar social inclusivo”, pautado nas relações de produção e consumo reformadas pelo progresso tecnológico, abraça um híbrido entre economia ecológica e economia ambiental neoclássica, pois baseia-se primordialmente, em trazer à luz propostas para regulação do consumo e gerenciamento da escassez de recursos através de um “mercado consciente”. Dessa forma, pode-se dizer que o referencial teórico do livro se banha nas fontes clássicas de Adam Smith que prega a eficiência econômica e eficiência do mercado através da liberdade do consumo. Ao mesmo tempo, ao incluir o termo inclusivo, os autores refinam a teoria de Pigou que visa a internalização das externalidades negativas oriundas das atividades econômicas. Os preceitos da economia ecológica também se fazem marcantes na mesma narrativa do livro nas predileções sobre a gestão da exploração dos recursos e geração de resíduos, abordagem que relembra Martinz Alier; autor que também defende o amplo conhecimento das relações e impactos das atividades produtivas no meio socioambiental.

Sendo assim, o livro tem potencial para se tornar um expoente mais sofisticado da sustentabilidade fraca, pois enfatiza que o desenvolvimento é sustentável se o consumo e a produção mantiverem no longo prazo. Esta dinâmica de capitais remete-nos aos modelos de autores como Hartwick e Solow os quais confiam no progresso tecnológico para redução/ reversão da degradação e condicionantes elásticas para substituição de recursos exauríveis. Nesta linha, os autores do livro em questão amarram as propostas de mudanças de comportamento para manter sustentação da capacidade de suporte dos ecossistemas e sem deixar de lado o crescimento econômico.

De forma válida, o livro reforça a importância de um amplo e claro entendimento das relações e dos impactos do atual sistema econômico no meio ambiente e na sociedade (mesma premissa de Alier) para favorecer a transição à sustentabilidade. Porém, ao limitar-se ao Relatório Brundtland, o livro se coloca na prateleira das obras hegemônicas, pois evita o aprofundamento das discussões ético-filosóficas no que tange, por exemplo, a distribuição de renda, a democratização do acesso ao consumo e a finitude e aos limites ecológicos.

Isto dito, e levando em conta a **manutenção** do atual modelo econômico global, o livro de fato, torna-se um importante guia prático para influenciar a tentativa da reforma do consumo e da produção de bens, serviços e conhecimento. Neste sentido, a obra de Matson e co-autores soma-se aos que advogam pela compreensão profunda do complexo funcionamento do sistema socioambiental, e como essa compreensão uma vez adquirida, ajudará a prever se uma nova política, tecnologia ou técnica de gerenciamento/produção irá agregar ou subtrair força aos objetivos da sustentabilidade. Ferramentas como modelos analíticos e indicadores podem ajudar nessa tarefa. Por sua vez, a necessidade de otimização destas ferramentas de gestão faz da pesquisa interdisciplinar um dos fatores-chave para o desenvolvimento sustentável.

Indicadores e modelos mais precisos podem, por sua vez, contribuir sensivelmente para a melhoria da governança dos sistemas socioambientais, conforme descrito nos estudos de caso. Porém, não basta apenas criar o conhecimento. É preciso fazer com que esse conhecimento se materialize em ações informadas. Ninguém age sem ter um sentido para sua ação. A criação do sentido em um campo tão complexo deverá basear-se na percepção de confiança, credibilidade e relevância atribuídas pelos próprios usuários do conhecimento. Os autores poderiam ter incluído o **design** - em seu mais amplo

aspecto - como uma ferramenta substancial para o exercício do estabelecimento da legitimidade e do engajamento de “*stakeholders*” em colaborações efetivas.

Conclui-se, portanto, que promover o desenvolvimento sustentável requer entendimento de sistemas e refinada diplomacia, no intuito de envolver e convencer uma ampla gama de atores no sistema socioambiental (governos, setor privado, comunidades, organizações e academia). Ao final, os autores sustentam que não existe resposta certa para o enorme desafio de caminhar rumo ao desenvolvimento sustentável. O mais importante é que o caminho seja **flexível**. A interdisciplinaridade tem muito a contribuir no preenchimento das lacunas de conhecimento entre atores. Assim sendo, espero que os caminhos da sustentabilidade se reinventem a cada estímulo e a cada *feedback*, tornando o desenvolvimento sustentável, acima de tudo, um desenvolvimento adaptativo.